

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

ESTATUTOS

Aprovados por escritura de 21 de julho de 2006

Índice

CAPÍTULO I Denominação, Sede e Fins	1
Art.º 1º Denominação e sede	1
Art.º 2º Fins	1
CAPÍTULO II Dos Associados	1
Art.º 3º Associados	1
Art.º 4º Aquisição e perda da qualidade de Associado	1
Art.º 5º Deveres dos associados	1
Art.º 6º Direitos dos Associados	1
Art.º 7º Disciplina	1
CAPÍTULO III Dos órgãos Associativos	2
Secção I Disposições Gerais	2
Art.º 8º Órgãos	2
Art.º 9º Composição	2
Art.º 10º Duração do mandato	2
Art.º 11º Eleição e desempenho dos cargos	2
Art.º 12º Convocação dos órgãos e respectivas votações	2
Art.º 13º Actas	2
Secção II Da Assembleia-geral	2
Art.º 14º Composição	2
Art.º 15º Competência	2
Art.º 16º Assembleia-geral Ordinária	3
Art.º 17º Assembleia-geral Extraordinária	3
Art.º 18º Convocatória	3
Art.º 19º Reunião	3
Art.º 20º Votação	3
Secção III Da Direcção	3
Art.º 21º Composição	3
Art.º 22º Competência	3
Art.º 23º Reuniões	3
Art.º 24º Vinculação	3
Secção IV Do Conselho Fiscal	4
Art.º 25º Composição	4
Art.º 26º Competência	4
Art.º 27º Reuniões	4
CAPÍTULO IV Do Património da Associação	4
Art.º 28º Receitas	4
CAPÍTULO V Disposições transitórias	4
Art.º 29º Disposições transitórias	4

CAPÍTULO I

Denominação, Sede e Fins

Art.º 1º

Denominação e sede

1. Nos termos gerais de Direito e dos presentes Estatutos é constituída, por tempo indeterminado uma Associação sem fins lucrativos denominada «ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL».

2. A sede é no Edifício Vista Baía, Rua Dr. Pita, Bloco D, quarto esquerdo, BA, freguesia de São Maninho, concelho do Funchal.

Art.º 2º

Fins

O objecto da Associação consiste em "Desenvolver o estudo da Administração Educacional; Organizar actividades de estudo, divulgação, formação e consultadoria na área da Administração Educacional; Manter vínculos com organizações internacionais que tenham objectivos semelhantes e facilitar o intercâmbio e a realização de actividades conjuntas".

CAPÍTULO II

Dos Associados

Art.º 3º

Associados

1. A Associação é constituída por um número ilimitado de associados, pessoas singulares e pessoas colectivas.

2. São associados fundadores os outorgantes na escritura de constituição da Associação.

3. Serão associados ordinários os demais participantes nos termos do artigo seguinte.

Art.º 4º

Aquisição e perda da qualidade de Associado

1. Adquirem a qualidade de associados os indivíduos maiores de dezoito anos ou pessoas colectivas que se proponham contribuir para os fins da Associação e desenvolvam estudos ou exerçam actividade no domínio da Administração Educacional Regional, nomeadamente:

a) Desenvolvam actividades de investigação e ou de ensino da administração educacional em estabelecimentos de ensino superior ou em centros de investigação.

b) Desempenhem funções de administração da educação em departamentos e serviços da administração central, regional ou local;

c) Desempenhem funções de administração de estabelecimentos de ensino e de outras organizações educativas;

2. A proposta de admissão de associado ordinário deve ser apresentada à Direcção por um mínimo de dois associados no pleno uso dos seus direitos associativos.

3. No caso de rejeição da proposta, tal deverá ser devidamente fundamentado e comunicado por escrito ao candidato.

4. Perdem a qualidade de associado aqueles que:

a) Comunicarem, por escrito, à Direcção a sua vontade de se exonerarem;

b) Sofram de sanção disciplinar na sequência de infracção praticada;

5. Considera-se na plenitude dos seus direitos o associado que, não estando abrangido pela suspensão de direitos, tenha as suas quotas em dia.

Art.º 5º

Deveres dos associados

São deveres dos associados:

a) Promover o desenvolvimento e prestígio da Associação;

b) Contribuir activamente para a realização dos fins da Associação;

c) Exercer os cargos para que tenham sido eleitos e desempenhar fielmente as missões que lhe forem confiadas, ressalvados os impedimentos previstos nestes estatutos;

d) Participar nas reuniões da Assembleia-geral e dos órgãos ou grupos de que façam parte;

e) Cumprir os estatutos e regulamentos internos bem como as deliberações dos órgãos competentes na sua esfera de competência;

f) Contribuir para a manutenção da Associação, mediante o pagamento de uma jóia de admissão e de quotas, periódicas ou extraordinárias, de montante a estabelecer pela Assembleia-geral, por proposta da Direcção.

Art.º 6º

Direitos dos Associados

São direitos dos associados:

a) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais, ressalvados os impedimentos previstos nestes estatutos;

b) Participar em todas as iniciativas da Associação;

c) Utilizar as instalações e serviços da Associação de acordo com o estipulado nos regulamentos internos;

d) Propor a admissão de associados;

e) Solicitar a convocação da Assembleia-geral nos termos do artigo 17.º.

Art.º 7º

Disciplina

1. Aos associados que violem culposamente os deveres estatutários ou os definidos nos regulamentos internos, podem ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Suspensão dos direitos associativos;

b) Perda da qualidade de associado.

2. São garantidos aos associados os direitos de audiência prévia e livre defesa.

3. A sanção de suspensão dos direitos é da

competência da Direcção e será aplicada aos associados que não paguem as quotas por um período superior a um ano, cessando logo que a situação estiver regularizada.

4. A sanção de perda de qualidade de associado é da competência da Assembleia-geral, por proposta da Direcção ou de um mínimo de vinte associados em plenitude dos seus direitos associativos.

CAPÍTULO III

Dos órgãos Associativos

Secção I

Disposições Gerais

Art.º 8º

Órgãos

São órgãos da Associação a Assembleia-geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

Art.º 9º

Composição

A composição dos órgãos da Associação deverá reflectir tendencialmente a existência dos diversos grupos profissionais referidos no nº 1 do art.º 4º dos presentes estatutos.

Art.º 10º

Duração do mandato

1. A duração do mandato nos órgãos associativos é de três anos devendo proceder-se à sua eleição no último trimestre anterior ao final de cada triénio.
2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia-geral ou o seu substituto e deverá ter lugar no prazo máximo de trinta dias após a eleição.

Art.º 11º

Eleição e desempenho dos cargos

1. Os membros dos órgãos associativos só podem ser eleitos consecutivamente para dois mandatos para qualquer órgão da Associação, salvo se a Assembleia-geral reconhecer expressa e fundamentadamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição;
2. Não é permitido aos membros dos órgãos associativos o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação;
3. Os três órgãos são eleitos por listas, de acordo com o regulamento eleitoral elaborado pela Direcção;
4. As listas propostas para a Direcção devem incluir três elementos e mencionar explicitamente os candidatos aos cargos de Presidente e de Vice-Presidente;
5. O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente em caso de vacatura do cargo, sendo os restantes cargos ocupados de acordo com a decisão da Direcção.

Art.º 12º

Convocação dos órgãos e respectivas votações

1. Os órgãos associativos são convocados pelos respectivos Presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.
3. As votações respeitantes às eleições dos órgãos associativos ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

Art.º 13º

Actas

Das reuniões dos órgãos associativos serão lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem às reuniões da Assembleia-geral, pelos membros da Mesa.

Secção II

Da Assembleia-geral

Art.º 14º

Composição

1. A Assembleia-geral é composta por todos os associados admitidos há pelo menos três meses e que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
2. A Assembleia-geral é dirigida por uma Mesa com a seguinte composição: um Presidente e dois Secretários;
3. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia-geral competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Art.º 15º

Competência

Compete à Assembleia deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Eleger a Mesa da Assembleia-geral, a Direcção e o Conselho Fiscal e destituir os seus membros antes de findos os respectivos mandatos, ocorrendo causas justificativas;
- b) Definir as linhas fundamentais da actuação da Associação;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aprovação ou alteração de estatutos;
- e) Deliberar sobre a filiação do fórum nas organizações nacionais e internacionais referidas no art.º 2º;
- f) Deliberar sobre a perda de qualidade de

associado nos termos do nº 4 do art.º 7º;

g) Deliberar sobre a cisão ou fusão da Associação ou sobre a sua dissolução;

h) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento;

i) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos a apreciação.

Art.º 16º

Assembleia-geral Ordinária

1. A Assembleia-geral reunirá ordinariamente no último trimestre de cada mandato para eleição dos órgãos associativos;

2. Reunirá ainda ordinariamente até finais de Março de cada ano para discussão e votação do relatório e contas de gerência do ano anterior bem como o parecer do Conselho Fiscal.

Art.º 17º

Assembleia-geral Extraordinária

A Assembleia-geral reunirá em sessão extraordinária convocada pelo Presidente e a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos associados no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Art.º 18º

Convocatória

1. A Assembleia-geral deve ser convocada com, pelo menos oito dias de antecedência.

2. A convocatória é feita por meio de aviso postal registado, expedido para cada associado e dela deve constar obrigatoriamente o dia, hora, local e ordem de trabalhos.

3. As deliberações acerca de assuntos previstos nas alíneas d) e g) do art.º 15º só poderão ser tomadas em Assembleia-geral expressamente convocada para o efeito.

Art.º 19º

Reunião

A Assembleia-geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto ou meia hora depois, com qualquer número de presentes.

Art.º 20º

Votação

As deliberações são tomadas por maioria dos associados presentes à excepção das seguintes deliberações:

a) Sobre a matéria da alínea d) do art.º 15º, a qual se exige uma maioria de três quartos dos associados presentes, e

b) Sobre a matéria da alínea g) do art.º 15º, a qual se exige uma maioria do número de todos os associados.

Secção III

Da Direcção

Art.º 21º

Composição

A Direcção da Associação é composta por três membros, um Presidente, um Vice-presidente e um Tesoureiro.

Art.º 22º

Competência

1. Compete à Direcção gerir a Associação, cabendo-lhe, designadamente:

a) Dar execução às orientações gerais aprovadas em Assembleia-geral;

b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o Relatório de Contas de Gerência, bem como o orçamento e Programa de Acção para o ano seguinte;

c) Elaborar os regulamentos da Associação;

d) Zelar pelo cumprimento dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação;

e) Organizar e superintender os serviços administrativos Associação;

f) Criar fontes de receita e promover em todos os sentidos o incremento e progresso da Associação;

g) Deliberar sobre a admissão ou suspensão dos associados de acordo com estabelecido nos artigos 4º, nº 2 e 7º, nº 3.

2. Compete em especial ao Presidente da Direcção, ou quem as suas vezes fizer:

a) Representar a associação em juízo,

b) Representar a associação em actos oficiais, perante quaisquer entidades públicas ou privadas;

c) Orientar o trabalho da Direcção, dirigindo os seus trabalhos e presidindo às reuniões

Art.º 23º

Reuniões

A Direcção reunirá obrigatoriamente uma vez por trimestre e, sempre que o julgar necessário, por convocação do Presidente.

Art.º 24º

Vinculação

1. Para obrigar a Associação é necessária e suficiente a assinatura do Presidente da Direcção e de outro elemento da mesma para o efeito designado.

2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente da Direcção e do Tesoureiro.

3. Nos actos de mero expediente, bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

Secção IV
Do Conselho Fiscal

Art.º 25º

Composição

O Conselho Fiscal é composto por três membros — um Presidente, um Secretário e um Vogal.

Art.º 26º

Competência

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Associação sempre que o julgar conveniente;
- b) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e demais assuntos que a Direcção ou a Assembleia-geral submeta à sua apreciação.

Art.º 27º

Reuniões

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do Presidente e obrigatoriamente pelo menos uma vez em cada semestre.

CAPITULO IV

Do Património da Associação

Art.º 28º

Receitas

Constituem receitas da Associação:

- a) As jóias e quotizações dos Associados;
- b) Os subsídios nacionais ou internacionais, doações, heranças, legados e participações que

lhe sejam atribuídas;

c) Os rendimentos de bens próprios;

d) O pagamento de serviços prestados pela Associação no âmbito das suas actividades estatutárias;

e) A receita de Publicações, Cursos, Seminários ou de quaisquer outras actividades;

f) Os subsídios regionais,

g) Outras fontes de receitas legalmente autorizadas.

CAPÍTULO V

Disposições transitórias

Artº 29º

Disposições transitórias

1. Os presentes estatutos entram em vigor imediatamente após a sua aprovação e o cumprimento das disposições legais aplicáveis;
2. As funções de Direcção, Mesa da Assembleia-geral e do Conselho Fiscal serão transitoriamente assumidas por uma Comissão Instaladora composta pelos associados fundadores outorgantes da escritura notarial.
3. A Comissão Instaladora fixará, provisoriamente, o montante da jóia e da quotização dos Associados.
4. Para a primeira Assembleia-geral é dispensado o requisito previsto no nº1 do artigo 14º
5. No prazo máximo de cento e oitenta dias, a Comissão Instaladora referida no ponto anterior desencadeará todos os trâmites necessários ao desencadeamento e realização do processo eleitoral para os órgãos da Associação.